

**CONTRATOS IV**  
**FUNÇÕES. CIRCUNSTÂNCIAS. INTERPRETAÇÃO**  
**Autor: Carlos Ferreira de Almeida**

**ÍNDICE GERAL**

PREFÁCIO .....	5
MODO DE CITAR .....	7

**Capítulo III**

**CONTEÚDO (conclusão)**

**§ 9º**

**FUNÇÃO DE REESTRUTURAÇÃO**

1. Contratos de reestruturação .....	9
I. Caraterização .....	9
II. Tipologia .....	11
2. Contratos para a prevenção ou a resolução direta de litígios .....	11
I. Transação .....	11
II. Acertamento .....	13
III. Concordata .....	14
3. Contratos para a prevenção ou a resolução de litígios com intervenção de terceiro .....	17
I. Convenção de arbitragem .....	17
II. Função e efeitos da convenção de arbitragem .....	20
III. Convenção de mediação de conflitos .....	23
IV. Pactos de competência judicial .....	25
4. Reestruturação de direitos e de patrimónios .....	27
I. Divisão de coisa comum .....	27
II. Partilha da herança e dos bens comuns do casal .....	30
III. Partilha de bens em economia comum .....	32
IV. Partilha do património social .....	33
5. Reestruturação de obrigações .....	35
I. Novação objetiva .....	35
II. Dação em cumprimento e em função do cumprimento .....	37
III. Conta corrente .....	39

**§ 10º**

**CONTRATOS PLURIFUNCIONAIS**

6. Caraterização e tipificação .....	45
7. Contratos para a transmissão de situações jurídicas e efeitos similares .....	47
I. Cessão de créditos .....	47
II. Cessão da posição contratual .....	48
III. Assunção liberatória de dívida .....	51
IV. Novação subjetiva .....	52
V. Contratos fiduciários .....	53
8. Contratos preliminares .....	56
I. Conceito, categorias e razão de ordem .....	56
II. Contrato-promessa .....	58
III. Funções económico-sociais dos contratos prometidos .....	61
IV. Contrato-quadro .....	64

## § 11º

### FUNÇÃO EFICIENTE

9. Conceito e modalidades .....	67
I. Conceito .....	67
II. Modalidades .....	69
10. Função constitutiva .....	71
I. Conceito e modalidades .....	71
II. Criação de pessoas jurídicas .....	71
III. Criação de direitos absolutos .....	72
IV. Criação de direitos pessoais de gozo .....	73
11. Função obrigacional .....	75
I. Conceito e estrutura da obrigação .....	75
II. A obrigação como efeito e como objeto .....	76
III. Estrutura da prestação .....	78
IV. "Obrigações de meios e de resultado"; obrigações de garantia .....	79
V. Relação da obrigação com a estrutura do contrato .....	81
VI. Relação com as funções económico-sociais .....	82
VII. Contratos sinalagmáticos .....	82
VIII. Obrigação e promessa .....	83
12. Função potestativa e outras funções criativas .....	84
I. Razão de ordem .....	84
II. Criação de direitos potestativos .....	85
III. O poder de emitir ordens .....	88
IV. Caraterização da ordem .....	90
V. Função atributiva de poderes funcionais .....	92
VI. Criação de estatutos pessoais e de normas .....	94
13. Funções extintiva e transmissiva .....	94
I. Contratos extintivos de contratos .....	95
II. Contratos extintivos de situações jurídicas .....	96
III. Função transmissiva .....	96
IV. Objetos da transmissão .....	97
V. Função extintiva-criativa sem transmissão .....	99
14. Função modificativa .....	99
I. Modificação de contratos .....	99
II. Modificação de situações jurídicas .....	100
15. Registos e outros fatores exógenos influentes na eficácia inicial dos contratos .....	102
I. Registo constitutivo .....	102
II. Elenco dos registos constitutivos .....	103
III. Registo "declarativo" .....	106
IV. Outros fatores exógenos .....	107
V. Síntese .....	108

## § 12º

### CIRCUNSTÂNCIAS

#### DIVISÃO I

16. Conceito e categorias .....	111
I. Conceito e delimitação .....	111
II. Circunstâncias da função eficiente e circunstâncias da função económico-social .....	114

## DIVISÃO II

### CIRCUNSTÂNCIAS DA FUNÇÃO EFICIENTE

17. Condição .....	115
I. Condição própria .....	115
II. A questão da reserva de propriedade e o conceito de condição .....	118
III. Condições impróprias .....	120
IV. Estrutura e modalidades da condição; em especial, a condição potestativa .....	122
V. Outras modalidades .....	125
VI. Ilícitude e impossibilidade .....	126
VII. Ocorrência e eficácia .....	127
VIII. Pendência .....	130
IX. Pressupostos e pressuposição .....	133
18. Termo .....	135
I. Conceito e modalidades .....	135
II. Termo próprio e impróprio .....	137
III. Termo final necessário ao tipo e subtipificação pelo termo .....	138
IV. Ilícitude e inidoneidade .....	140
V. Cômputo, ocorrência e eficácia .....	141
VI. Pendência .....	142
19. Conformidade .....	143
I. Critérios.....	143
II. Conformidade normativa: escolha da lei aplicável a contratos obrigacionais .....	144
III. Escolha da lei aplicável a outros contratos .....	146
IV. Conformidade com normas não estaduais .....	149
V. Remissão para a equidade .....	150
VI. Âmbito e autonomia das estipulações de conformidade .....	152

## DIVISÃO III

### CIRCUNSTÂNCIAS DA FUNÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL

20. Eventualidade .....	152
I. Âmbito .....	152
II. O evento e a cláusula que o refere .....	155
III. Ensaio de regime jurídico .....	157
IV. Ilícitude e impossibilidade .....	158
V. Ocorrência e eficácia .....	160
VI. Pendência .....	161
21. Comparação .....	165
I. Comparação e eventualidade .....	165
II. Cláusulas de adaptação por agravamento das circunstâncias .....	165
III. Cláusulas de paridade .....	167
IV. Determinação do devedor e/ou da prestação .....	169
22. Tempo .....	169
I. Âmbito e modalidades .....	169
II. O tempo da ação .....	170
III. Conceito de prazo e regime do prazo da prestação .....	173
IV. Eficácia <i>ipso facto</i> do tempo e da morte .....	175
V. O tempo como medida e como critério .....	176
VI. Cômputo e pendência .....	177

23. Espaço .....	179
I. Generalidades .....	179
II. Lugar .....	179
III. Zona .....	183
IV. Distância, itinerário .....	184
V. Local, localização, dimensão .....	185
24. Padrões de conformidade .....	186
25. Meio .....	188
I. Generalidades .....	188
II. Meios de comunicação e "espaço" audiovisual .....	189
III. Meios de transporte .....	190
IV. Meios de pagamento .....	191
V. Outras circunstâncias de meio .....	191
26. Fim .....	192
I. Delimitação negativa das circunstâncias de fim .....	192
II. Delimitação positiva das circunstâncias de fim .....	195
III. Cláusulas de fim necessárias; especificação de fins essenciais ao tipo .....	195
IV. Cláusulas livres relativas ao fim de obrigações .....	199
V. Cláusulas livres relativas ao fim de direitos pessoais de gozo .....	200
VI. Cláusulas livres relativas ao fim do direito de propriedade .....	202
VII. A inobservância do fim em contratos de escopo .....	203
27. Sistematização dos efeitos das circunstâncias da função económico-social .....	208
I. Razão de ordem .....	208
II. Efeitos não obrigacionais .....	208
III. Efeitos obrigacionais .....	209
IV. Efeitos da inobservância das circunstâncias .....	210
V. Violação circunstancial do contrato .....	212

#### DIVISÃO IV

##### O INCUMPRIMENTO COMO CIRCUNSTÂNCIA

28. Síntese e remissão .....	217
I. Circunstância de eventualidade .....	217
II. Cláusulas sobre o âmbito do incumprimento .....	218
III. Cláusulas sobre os efeitos do incumprimento .....	218

#### § 13º

##### INTERPRETAÇÃO

29. O problema do significado na filosofia e nas ciências da linguagem .....	222
I. Antecedentes .....	222
II. Semântica e pragmática .....	223
III. Linguística do texto e análise do discurso .....	226
30. Direito, linguagem e interpretação .....	229
I. Linguagem e direito .....	229
II. A interpretação jurídica .....	230
III. Em obras portuguesas .....	232
31. Nota comparativa sobre a interpretação do negócio jurídico e do contrato .....	234
I. Códigos com regras sobre a interpretação do negócio jurídico .....	234
II. Códigos com regras sobre a interpretação do contrato .....	235
III. Interpretação do contrato nos direitos de <i>common law</i> : Reino Unido .....	236
IV. Estados Unidos da América .....	238

V. Regras gerais sobre interpretação contidas em textos de vocação supranacional .....	239
VI. Síntese .....	240
32. Interpretação da declaração negocial .....	241
I. Pressupostos metodológicos .....	241
II. O ato de interpretação e a distribuição de papéis .....	242
III. Objetivo .....	242
IV. Objeto .....	244
33. Significado negocial .....	245
I. Significado global e dimensões do significado .....	245
II. Dimensão semântica .....	247
III. Dimensão pragmática .....	249
IV. Em especial, as inferências conversacionais .....	252
V. Dimensão normativa .....	254
34. Critério legal básico: compreensão pelo declaratório .....	257
I. Vontade e intenção significativa .....	257
II. Conhecimento da vontade real = compreensão da intenção significativa .....	259
III. Impressão do declaratário = compreensão presumida .....	261
IV. Limites da imputabilidade ao declarante da compreensão normal .....	263
V. Elemento comum: compreensão pelo declaratário .....	264
VI. A compreensão como fator nuclear do significado e da interpretação .....	265
35. Interpretação do contrato .....	267
I. Método e razão da sequência .....	267
II. Contratos formados por aceitação de proposta .....	268
III. Contratos formados por aceitação de proposta ao público .....	269
IV. Contratos cuja formação integra convite a contratar ou contra- proposta .....	271
V. Contratos formados por declarações contratuais conjuntas .....	273
VI. Contratos formados em diálogo oral .....	275
VII. Verificação do consenso e dissenso .....	275
36. Cânones complementares .....	277
I Considerar o contrato como um todo .....	277
II. Considerar todo o contrato .....	278
III. Cláusula de consolidação .....	280
IV. Circunstâncias atendíveis .....	281
V. Objetivos e natureza jurídica .....	283
VI. A boa fé: função limitada no sistema português de interpretação .....	285
VII. Tempo relevante .....	287
37. Cânones subsidiários .....	288
I "Casos duvidosos" .....	288
II. Equilíbrio contratual .....	290
III. Menor sacrifício .....	292
IV. Dúvidas que os cânones subsidiários não resolvem .....	293
38. Interpretação de contratos formais .....	294
I A regra especial .....	294
II. A exceção .....	298
39. Interpretação de contratos de adesão e de cláusulas contratuais gerais .....	299
I. Contratos de adesão: princípios e critérios básicos .....	299
II. Cânone subsidiário .....	302
III. Cláusulas contratuais gerais apreciadas em ação inibitória .....	303

40. Interpretação de estatutos de pessoas jurídicas .....	304
I. A controvérsia .....	304
II. Repositionamento do problema .....	305
III. Proposta de solução .....	309
41. Questões de direito e questões de facto .....	312
I. Jurisprudência .....	312
II. Questões de direito .....	312
III. Questões de facto .....	313
<b>§ 14º</b>	
<b>INTEGRAÇÃO</b>	
42. Nota comparativa .....	315
I. Direitos latinos .....	315
II. Direito alemão .....	316
III. Direitos de <i>common law</i> .....	317
IV. Textos de vocação supranacional .....	318
V. Síntese .....	318
43. Lugar sistemático e requisitos da integração contratual .....	319
I. A integração do contrato no direito português .....	319
II. Integração diferente de interpretação .....	320
III. Requisitos .....	321
IV. Conceito de lacuna contratual .....	322
44. Preenchimento de lacunas contratuais .....	324
I. Lacuna suprível .....	324
II. Integração por norma legal .....	325
III. Vontade hipotética = declaração hipotética .....	326
IV. Boa fé .....	327
V. Critérios não referidos no artigo 239º .....	329
VI. Relação e hierarquia dos critérios .....	330
VII. Categorias e tipos contratuais com limitações na integração .....	332
 BIBLIOGRAFIA CITADA .....	335
 ÍNDICE ALFABÉTICO .....	335